



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.CERH - Assessoria de Órgãos Colegiados - CERH/MG

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 146ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2025

Em 9 de julho de 2025, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Marcelo da Fonseca, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Frederico Valadão, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Caio César de Castro Silva Coelho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); João Lucas Rocha Duarte, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Carlos Eduardo Sales Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Elaisa Teixeira de Jesus Mamede, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Leonardo Castro Maia, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Representantes dos municípios: Vitor de Andrade Coelho, da Prefeitura de Betim; Emanuele Mares Oliveira, da Prefeitura de Jordânia; Jhonata Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena; Marxiley Lima Azevedo, da Prefeitura de Nova Era; Carlos André da Costa, da Prefeitura de Rio Pomba; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Fábio de Cássio Torean, da Prefeitura de Patrocínio; Representantes de usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Ana Luísa Coimbra Ferreira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe MG); Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Representantes de entidades da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Regina Célia Fernandes Faria, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Mauricio Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais (Abes/MG); Filipe Marcos Horta Nunes, do Conselho Regional de Biologia (CRBio 4ª Região); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG); José Geraldo Mageste da Silva, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 146ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Regina Célia Fernandes Faria/Promutuca: “Eu queria fazer uma pergunta, porque me foi indagado esta semana, a respeito daquela mina que fica no entorno da BR-040, que as pessoas utilizam caminhões pipa, enchem da água de lá, lavam caminhões, carros. Se aquilo é devido ou se existe algum impedimento daquele uso daquela mina. Vocês conhecem, na BR-040, perto Miguelão, ali no contorno?” Presidente Marcelo da Fonseca: “Sim, conselheira, conheço. Eu não sei te falar de pronto aqui se tem alguma autorização para utilização daquela água, mas farei o encaminhamento para a Gerência de Regulação para avaliar eventual existência de autorizações para aquele uso. E da mesma forma, não havendo, direcionar para a Subsecretaria de Fiscalização para um acompanhamento da situação no local.” Conselheira Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira/Fiemg: “Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente. Boa tarde, conselheiros. Eu gostaria apenas de fazer um breve comentário a respeito do processo de enquadramento do Velhas, uma observação mais atenta do IGAM de como está sendo conduzido o processo. Porque algumas áreas – estamos tratando de uma região metropolitana – estão como classe especial. Então eu gostaria de uma atenção especial do IGAM, dos conselheiros do Plenário também para manter a atenção para a viabilidade técnica, para que esse enquadramento seja feito de forma factível, que realmente possam ser considerados tanto a área urbana já existente como os empreendimentos que já têm licenciamento ambiental na condução desse processo. Então é só uma observação que eu gostaria de fazer.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, conselheira. É importante ressaltar isso que você traz. É um processo que está caminhando agora para sua fase de definição do reenquadramento do Velhas. Nós temos duas questões que precisam ser observadas. A questão normativa, porque o Velhas está hoje num processo de reenquadramento, então tem uma deliberação deste Conselho que traz diretrizes para esse processo de reenquadramento. E também isso que você traz, que é extremamente importante, a viabilidade técnica de alcançar o enquadramento proposto. O enquadramento não é uma utopia, não pode ser tratado dessa forma, tem que ter viabilidade técnica e financeira de ser alcançado. É importante sim que isso seja acompanhado, o IGAM está atento a isso, acompanhando de pronto, mas o IGAM não tem papel deliberativo nesse processo. O IGAM é um suporte técnico, cabendo exclusivamente ao Comitê, e, quando vier a este Conselho, o referendo ou não do enquadramento. Então reforço o que a senhora traz, mas reforçando também a importância da participação de todos os membros do Comitê nessa instância atual em que está discutindo tecnicamente essas questões para que seja um enquadramento exequível. Precisamos ter esse cuidado de saber o rio que nós podemos ter. O que queremos, nós sabemos, mas ter a sabedoria de entender qual é o momento que nós temos e qual o rio que nós podemos ter, considerando toda a dinâmica do território. Então é relevante sim a sua colocação, mas também reforço a importância de uma participação ativa nas discussões nos respectivos Comitês. Falando aqui do Velhas, mas nós temos outros processos de enquadramento sendo desenvolvidos no Estado. Então é importante a participação ativa de todos os membros, seja sociedade civil, poder público e usuários, para garantir que esse equilíbrio seja alcançado nessas discussões.” Conselheira Emanuele Mares Oliveira/Prefeitura de Jordânia: “Boa tarde a todos. Marcelo, eu gostaria que você comentasse, como representante do Estado, qual foi a importância de ter uma reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fora de Brasília, dentro de um evento aberto para todo público. E eu queria também que você falasse um pouco sobre a apresentação do Velhas, porque como conselheira estadual eu senti que eles levaram para o Conselho Nacional um assunto que deveria ter passado primeiro no Conselho Estadual. Então, como presidente do Conselho e como você tinha cadeira lá, eu gostaria que você fizesse um comentário aqui para todos os conselheiros ficarem a par. Porque numa próxima oportunidade escutar o Velhas, eu acho que é importante colocar isso para eles. O Conselho está aberto para escutá-los. E não é questão de se sentir ofendido, é questão de não se sentir escutado. O Conselho Estadual nem foi escutado, e eles levaram uma situação que lá mesmo nós escutamos do pessoal que deveria ter sido resolvido em casa.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado. O que aconteceu em João Pessoa durante o II Fórum Brasil das Águas foi a primeira experiência do Conselho de se reunir fora de Brasília. Foi um momento muito importante. Eu estou lá representando este Conselho, como suplente, mas no momento dessa reunião eu estava exercendo a titularidade, em razão da ausência do titular, que era do Conselho Estadual do Espírito Santo. Foi uma discussão muito rica, até porque nós estávamos ali tratando de temas extremamente importantes, que trouxe a equiparação da Agedoce, a continuidade da Agedoce como entidade equiparada na Bacia do Rio Doce. Um pleito que nós apresentamos de forma extraordinária, que foi acolhido por vários parceiros e membros do Conselho, como aqui a colega Aparecida Vargas, que está lá conosco como membro também do Conselho. E foi discutida também a questão orçamentária da Agência Nacional de Águas e o seu impacto que pode ter em todo o sistema. E além disso nós tivemos a apresentação da sociedade civil, pelo Projeto Manuelzão, um projeto de meta que eles estão discutindo. Aqui é importante destacar em que pese o Instituto Guaicuy. Agora desculpa, eu não sei se Instituto Guaicuy ou Manuelzão, peço desculpas quanto à definição, mas foi a pessoa do professor Apolo que fez a apresentação. Não

foi em nome do Comitê do Velhas. O Comitê do Velhas estava acompanhando a reunião, inclusive presencialmente, e não estava ali referendado pelo Comitê do Velhas. O professor Apolo apresentou, dentre diversos questionamentos, algumas críticas ao processo de condução do enquadramento, escuta da sociedade e também algumas questões diretamente associadas à gestão do IGAM. No momento, foi-me dada a oportunidade de fala, coloquei, em primeiro lugar, que a meta que ele se referia deveria sim ser discutida em primeiro lugar no Comitê de Bacia, onde está neste momento discutindo a questão do enquadramento, e outras questões que ele apontou na sua explanação, associadas a todo o sistema de recursos hídricos de Minas Gerais, que deveriam ter trazido a este Conselho. Conselho este que é soberano e órgão máximo da Política de Gestão de Recursos em Minas Gerais, que tampouco foi cientificado. É isso que a Manu traz. Acho que é importante deixar isso registrado. Aquilo que foi levado ao Conselho Nacional não passou em nenhum momento por aqui, seja com formalização de pedido de pauta, seja com participação aqui nas nossas reuniões para externalizar o que foi colocado. E foi deixado muito claro a ele e a todos os presentes que todas as considerações e contribuições são bem-vindas. E no exercício da representação deste Conselho na reunião do Conselho Nacional eu franqueei, a ele e a qualquer outro cidadão que queira trazer questionamentos sobre o nosso sistema, que este Plenário está disposto e disponível a qualquer momento para que essas discussões sejam trazidas para cá. E aqui sim é o fórum adequado, num primeiro momento, para essas discussões. E em uma eventual divergência não seguir aí sim o Conselho Nacional poderia ser de alguma forma, dentro das suas prerrogativas institucionais, acionado. Então foi isso, foi uma situação de certa forma constrangedora para todo o plenário, porque o plenário também do Conselho Nacional não estava ciente do teor da sua apresentação. Então foi uma situação que gerou um desconforto, de uma forma geral, mas foi dada a nós a oportunidade de fala, e foram externalizadas essas questões, dentre outras abordadas pelo participante da reunião – ele não é conselheiro do Conselho Nacional. Não adentrei a nenhuma discussão de mérito ou qualquer coisa a respeito das falas que ele levou, até por entender que lá não era o fórum para isso. Limitei-me a colocar este Conselho à disposição e reforçar que isso não tinha sido trazido ao Conselho Estadual de alguma forma para discussão.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu acho que foi muito importante a fala da Priscila, e o Valter também, que participa do Comitê Velhas, de dar esse reforço de uma, vamos dizer assim, preocupação com relação ao enquadramento do Velhas, que nós sabemos que é uma bacia muito importante, estratégica, na região metropolitana. Eu acredito que, dos processos de enquadramento que eu participei, acho que eu nunca vi tanta participação dos usuários como nesse processo que vem acontecendo no Velhas. Então você comentou da importância da participação dos usuários, os usuários estão participando sim. Sinto uma falta um pouco da participação das prefeituras municipais e acho que um papel importantíssimo que o IGAM tem auxiliado, mas eu acho que precisa potencializar mais, é um entendimento do instrumento do enquadramento. Eu acho que ainda pelo andar das discussões, principalmente nas audiências, muitas vezes o entendimento do que é o instrumento de enquadramento ainda não é claro para todas as pessoas. E muitas vezes as pessoas defendem posições às vezes por uma questão mesmo de entendimento do objetivo. Então é muito importante levar em consideração que o enquadramento é importante, mas ele tem que ser factível e tem que considerar não só o que esperamos do rio, mas também o uso já existente, o uso de ocupação existente naquela bacia daquele curso d’água. É só uma observação e reforçando que nós usuários estamos participando muito e com bastante intensidade nesse processo de enquadramento.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira/Faemg: “Primeiro eu gostaria de convidar todos os conselheiros e todos que nos assistem para o 2º Seminário Mineiro de Irrigação, que vai ser realizado em Montes Claros, no Centro de Convenções do Parque de Exposições de Montes Claros, da sociedade rural. É um evento patrocinado pelo Sistema Faemg/Senar e realização da Seapa, governo do Estado, juntamente com o sistema Faemg. Então vai ser realizado no dia 13 de agosto próximo, e estão todos convidados. Vão ser discutidos assuntos interessantes da pauta de recursos hídricos, principalmente vinculados aos sistemas irrigados. E segundo eu também gostaria de corroborar com a fala da Priscila, do Nelson, também já dita, a importância do enquadramento. Nós temos que tomar o cuidado para não descredibilizar o instrumento do enquadramento. Como você mesmo, Marcelo, já disse, a importância do instrumento, aliado à percepção dos membros da comunidade, mas precisa também de uma avaliação técnica, que tem que ser o nosso norte dentro do processo. Então eu queria corroborar com as falas da Priscila e do Nelson.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira/Ibram: “Boa tarde, presidente Marcelo. Boa tarde, colegas conselheiros. Marcelo, tenho dois pontos. Primeiro, eu gostaria que após a minha fala você só explicasse os trâmites desse processo de enquadramento, como é que ele vai ser concluído, só para deixar isso registrado na ata da reunião. Segundo, eu quero obviamente fortalecer as palavras dos colegas usuários, principalmente, Marcelo, porque os usuários têm participado, como disse o Nelson, ativamente. E essa participação ativa, e essa minha fala tem o sentido de trazer para os colegas conselheiros a preocupação enorme, imensa, nossa, com o que está acontecendo no enquadramento. Para vocês terem ideia, nós temos curso d’água de classe 2 caindo em curso d’água de classe especial. Então não sabemos como é que isso vai ser viabilizado. Isso é um exemplo, um de todas as incoerências que temos visto e não temos conseguido resolver. Nós vamos ter agora dia 14 de agosto, por um comunicado do CBH Velhas, vai haver uma plenária do CBH Velhas para validar a alternativa que é a quinta versão. A situação não está fácil, não está brincadeira, é uma região extremamente estratégica de atividade econômica pujante. Os usuários estão muito preocupados, Marcelo. Essa sua fala traz um certo alívio para nós, porque sabemos que o IGAM também está muito atento – já ouvi você falar, já ouvi a Marília falar – ao que não é factível, ao que é utopia, como você falou, ao que é sonho. Todo mundo gostaria que a bacia do Velhas fosse especial, no máximo 1, mas não dá para ser. Então precisa ter coerência, e essa coerência não está sendo observada nem nessa versão que vai ser validada, entre aspas, na reunião plenária do CBH Velhas, dia 14 de agosto. E agora, Marcelo, se você puder só citar o trâmite de agora para até o fim, porque eu acho que o enquadramento não vem para o Conselho.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado pelas considerações. Dentro do Comitê, a reunião estava prevista para a próxima semana, dia 17, e foi adiada porque, dentre as tratativas que estão sendo desenvolvidas dentro do GAT, que é o Grupo de Acompanhamento Técnico, eles identificaram a necessidade de fazer uma outra versão para a proposta de enquadramento, e é essa que estará sendo levada à deliberação do plenário. Então por isso que ela não foi, porque a consultoria contratada não teria condição de entregá-la a tempo da próxima reunião. Então o enquadramento vai para esta fase, das alternativas, vai definir qual é a alternativa. Num segundo momento, ainda dentro do Comitê, vem o plano de efetivação, como vamos conseguir alcançar aquelas classes que foram definidas. E posteriormente, uma vez aprovado no Comitê, isso vem ao Conselho, sim, com o enquadramento. E aí, salvo engano, eu não sei, vai ter que avaliar se está ocorrendo reenquadramento de trechos de classe especial e 1, porque nesse caso nós temos que ter, salvo engano, uma motivação específica. E aí agora me falha a memória, mas salvo engano, na deliberação que trouxe essa permissão, ainda é uma reunião conjunta, se houver esse reenquadramento. Mas de toda forma ao Plenário vem sim essa proposta de enquadramento.” Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Boa tarde a todos. A minha fala é rápida e bem sintética. Eu gostaria de corroborar com a fala do Nelson, da Copasa, de que o enquadramento tem que ser melhor conhecido, melhor visualizado pelas prefeituras, pelas gestões locais. Com relação à presença, mobilização dos municípios, será salutar com relação à pauta enquadramento. Só para concluir, a proximidade dos Comitês com as prefeituras pode viabilizar esse melhor entendimento do enquadramento.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, senhores conselheiros. Boa tarde a todos que nos escutam e nos assistem pelo YouTube. Eu vou fazer a leitura do Memorando SEMAD Gab/Adjunto nº 75/2025. ‘Belo Horizonte, 24 de junho de 2025. Para Vânia Sarmento, Assessoria de Órgãos Colegiados (Assoc). Assunto: consulta pública aprimoramento COPAM e CERH/MG. Prezada assessora-chefe, considerando a diretriz de aperfeiçoamento dos órgãos colegiados com a participação e contribuições da sociedade e que a partir dessa motivação já foi publicada a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros, solicito que seja apresentado formalmente cronograma de consulta pública de aprimoramento do Decreto nº 46.953, de 23/2/2016, e do Decreto nº 48.209, de 18/6/2021. O formulário para contribuições deve ser disponibilizado a partir de julho, e após a consolidação e avaliação técnica o resultado deverá ser apresentado para apreciação em Plenário do COPAM e do CERH/MG. Solicito ainda, visando à ampla divulgação, a inserção de comunicado aos conselheiros em todas as reuniões, até a conclusão da consulta pública. Atenciosamente, Leonardo Monteiro Rodrigues, secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.’” **5) EXAME DA ATA DA 145ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 145ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 20 de março de 2025. Votos favoráveis: Abas, Abes, Abregel, Cemig, Copasa, CRBio, Faemg, Fiemg, Ibram, UFMG, IHMBio, Instituto Espinhaço, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig e UFU. Ausências: Unifei, Prefeitura de Taiobeiras e Prefeitura de Itapeva. **6) FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHIDRO E INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CERH-MG PARA O GRUPO COORDENADOR.** Apresentação: Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos

Econômicos (DPAI) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Fabiana Moreira, da Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos/SEMAD, fez apresentação sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro). O conteúdo da exposição foi disponibilizado no portal do Meio Ambiente, na pauta desta reunião. Em seguida, o Plenário do CERH aprovou a indicação dos seguintes conselheiros para compor o Grupo Coordenador do Fhidro: Valter Vilela Cunha, representante da Abes; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do IHMBio; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Emanuele Mares Oliveira, da Prefeitura de Jordânia; Carlos André da Costa, da Prefeitura de Rio Pomba; Flávio Pimenta de Figueiredo, da UFMG; e Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço.

7) COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA 2025: NOVO SISTEMA E AÇÕES DO USUÁRIO. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon) do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). A gerente de Instrumentos Econômicos de Gestão, do IGAM, Camila Cândida Zanon Gomes, fez apresentação do novo sistema e ações do usuário relativo à cobrança pelo uso da água. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no portal do Meio Ambiente, na pauta desta reunião. Em seguida, foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros.

8) ASSUNTOS GERAIS. Yash Rocha Maciel/sociedade civil: “Meu nome é Yash Rocha Maciel. Eu comecei a participar do GAT há pouco tempo, inclusive, então nada que eu falo tem juízo de valor de nenhum trabalho que está sendo produzido sobre a questão do enquadramento. Mas eu, como sou filho do Paulo Maciel Júnior, que inclusive foi presidente do CBH Velhas – ele tem dois livros escritos sobre a questão de água –, tenho muito orgulho de citá-lo porque meu pai é um cara que realmente o ideal seria ele estar aqui, inclusive, falando no meu lugar. Que é um cara muito competente nessa área, trabalhou com equiparação, fizemos para o IGAM uns dez enquadramentos, acho, planos de bacia, muito bem feitos, inclusive, um estudo muito bacana de ser feito junto à própria Ecoplan, que está fazendo esse novo. E na hora que chegou para mim essa questão do enquadramento eu fiquei um pouco assustado. Um pouco também porque, só para explicar, eu fui consultor 15 anos, depois fiquei seis anos num grupo familiar e agora estou como gerente em outro grupo familiar de mineração. Mas não estou aqui para falar de mineração somente, especificamente, nem levantar nenhuma bandeira. Mas eu fiquei um pouco assustado com o enquadramento, inclusive fiquei muito surpreso que os enquadramentos, os estudos para os planos de bacia, que também tem tinham o item de enquadramento do passado... Eu inclusive sou nascido na bacia do rio Verde e tive o prazer de fazer o estudo contratado pelo IGAM para definir o enquadramento de lá. E até na reunião com o pessoal eu achei que esse enquadramento já tinha até sido virado DN, mas até hoje parece que não. E como que era feito? Essa questão de participação popular é extremamente válida, mas a gente fazia um trabalho de campo. Eu visitei, acho que na bacia do rio Verde, são 33 municípios, e eu fui a todos os pontos de captação de água para abastecimento humano desses municípios, porque o entendimento à época era que o enquadramento, assim como está escrito na lei, deve ter como objetivo a proteção dos usos preponderantes, e dentre eles tem uma gradação também de importância da água, digamos assim, caminhando do mais nobre para o menos nobre, sabendo que temos que atender todos os usuários. Que no final das contas essa questão de enquadramento, até conversei com o meu pai muito sobre isso, antes de participar desta reunião, em vários momentos, mas não especificamente para tratar desse enquadramento. Até ele mesmo que fez o livro, escreveu o livro Zonamento das Águas, foi precursor nessa área, fez enquadramento do rio Piracicaba na época e participou de outras DNs também; que ele foi secretário adjunto da FEAM. Eu acho que o enquadramento, na verdade, deveria evoluir, mas é uma questão de lei. Então lei a gente tem que seguir, mas só que a lei – tem aqui membros até do Ministério Público participando – é feita para dirimir conflitos, e temos que tomar cuidado para ela não gerar outros. E no caso de enquadramento não é diferente. Eu inclusive achei que o enquadramento das águas já tinha evoluído a forma de se fazer. Porque mesmo do jeito que a gente fazia a gente via que faltava um pouco de complementação científica para se chegar ao enquadramento, como se fala muito, da água que temos e da água que queremos, que é o nosso sonho. Mas a gente tem no meio do caminho, e eu vivo a bacia do rio das Velhas, igual eu citei na última reunião, eu rodei 6.000 km no mês passado na bacia do rio das Velhas. Nado no rio das Velhas, nas nascentes dele, então eu vivo a água também, além de outros temas dos quais eu acabo participando, porque eu sou nascido na roça e sempre estive nesse meio natural. E tive como professor o Paulo Maciel, que eu acho que algumas pessoas devem conhecer. Então eu vejo o seguinte, tirando essa questão filosófica da discussão de metodologia do enquadramento, que eu acho que deveria evoluir, porque salvo engano é a 357, de 2005. Então já tem mais de 20 anos que a gente está nessa legislação. E quando eu vi lá as propostas iniciais eu fiquei meio assustado, obviamente, do ponto de vista profissional, dentro do contexto da Herculano, onde estou como gerente hoje, porque ali tinha uma proposta de transformar tudo em classe especial, depois reduzir para dentro da unidade de conservação como classe especial. E foi utilizado isso como premissa. Aí o pessoal do IGAM até falou que isso realmente já foi pacificado, que dentro de unidade de conservação tem que ser classe especial. Então é mandatário. Agora, a lei não é estrito senso com relação a isso. Então tem até uma pessoa do IGAM aqui, tem mais de uma pessoa, na verdade, inclusive o conhecimento técnico deles, eles podem até me corrigir novamente se teve alguma pacificação nesse sentido. Porque essa premissa leva por uma situação complexa, porque deixamos de entrar no objetivo principal, inclusive, não serve só para essa reflexão, serve para essas outras questões que a lude colocou, e o Cacau também, pessoal do GT. O enquadramento tem um reflexo socioeconômico e cultural na vida das pessoas. E a bacia do rio das Velhas é um coração pulsante dessa região metropolitana como um todo. Então tem que se tomar muito cuidado, porque a ciência no final das contas tem que ser jogada para dentro da lei para chegar a uma situação um pouco mais factível, como foi colocado aqui por vocês, muito bem falado, inclusive. Então eu como tenho esse perfil de sempre estar me questionando e tentando aprender e melhorar, me senti na responsabilidade de vir aqui falar com vocês. E agradeço o espaço. Então lá tem essa situação do meu caso específico de um enquadramento que tem classe 2 caindo em classe especial; depois volta a ser classe 2. E por conta dessa questão da premissa que eu utilizei, lá a unidade é uma estação ecológica, então é proteção integral; e foi utilizado como mandatário, e parece que tem sido feito isso para todas as bacias. Então todo aquele trabalho que era feito no passado com a Ecoplan parece que foi meio que engavetado de alguma forma ou realmente teve uma transição legal que o pessoal do IGAM pode até me esclarecer melhor. Porque realmente hoje eu sou mais generalista do que especialista. Mas eu sinto na pele a dificuldade como usuário e como conhecedor da bacia mesmo, de algumas outras bacias. Trabalhei no Urucuia e em vários enquadramentos. Que realmente o enquadramento tem que ser levado de uma forma cuidadosa. A participação em oficinas traz um retrato importante de complementação de metodologia, mas definir no final das contas é que é a questão mais difícil. Porque se a ciência não é colocada em prática fica uma situação complicada. Eu vou dar um exemplo prático de um estudo que até disponibilizei para a lude. Ela pode repassar para vocês, inclusive, que seria interessante essa reflexão. Eu tinha na empresa onde eu trabalhava anterior a essa um empreendimento numa bacia de classe especial. E eu ficava sempre naquela dúvida: a gente não lançava nada, obviamente que tinha que sugar todo esse efluente; ou depois a gente optou por fazer o uso indireto dessa água, porque a nossa ETE lá realmente tinha uma eficiência muito interessante. E não é fácil, dependendo da localização do seu empreendimento, você tirar essa questão de lá. Quando você entra, inclusive, no mérito de parâmetros, surfactantes, que não é fácil de controlar, que é sabão, que tem essa propriedade química de ligar o líquido com sólido. A gente fica numa estação muito difícil de atendimento, porque esse material não pode ir para a ETE nem para algumas fossas, que ele mata tudo. E a gente não consegue chegar fácil ao resultado de tratamento desse produto. A gente tira todos os produtos surfactantes, o pessoal leva para lá no bolso o detergente para lavar os equipamentos e por aí vai, por questão de que o surfactante não limpa na velocidade que se espera, então ele não tem tanta eficiência. Então é uma questão pontual, mas que vale para uma reflexão geral. E aí eu fiz esse estudo nesse empreendimento. A gente fez um estudo de bancada, científico mesmo, inclusive recolhemos água da chuva para fazer o estudo, passando a água por um material que vai para a pilha de estéril, que é uma pilha de estéril; a água que passa numa pilha de rejeito filtrado, e a água que passa num solo comum, um solo cru, digamos assim. E o resultado foi que a água que passa no solo cru sai com os parâmetros muito piores do que a água que já foi lixiviada; do material de rejeitos das pilhas que foram de certa forma lixiviados ou no processo de beneficiamento mineral ou tiveram ali seu uso do solo alterado. Aí eu tive um resultado meio surpreendente, eu achei que seria o contrário, mas não. O material que passa por um processo mineral acaba lixiviando impurezas que dão uma concentração alta de vários parâmetros. A gente escolheu alguns parâmetros lá, mas em todos os parâmetros o solo cru deu uma qualidade da água posterior ao teste de uma qualidade piorada. É realmente uma conversa que eu gostaria de ter até em outro fórum com vocês. Eu fico à disposição, inclusive. Mas é isso, o enquadramento realmente, é difícil entrar no final do processo tão em cima da hora, mas eu vim aqui para tentar trazer essa contribuição mesmo. Que realmente não pode ter incoerência, depois que se é colocado no papel se obriga as pessoas a ficarem na ilegalidade, digamos assim. Então tem classe 1 dentro de áreas muito urbanizadas. Então é mais essa reflexão mesmo para vocês. E me coloco à disposição.”

Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado por trazer isso e socializar com a gente. É uma preocupação nossa, de todo mundo que está acompanhando de perto o processo de enquadramento. Estamos aqui à disposição. Se quiser marcar um horário para se apresentar e trazer mais detalhes para nós, só entrar

em contato conosco. Estamos à disposição. E estamos muito atentos a isso, e reforçando a importância de uma participação efetiva da discussão. Houve mais do meio para o fim do processo um reforço na participação das discussões, mas anteriormente, nas primeiras reuniões, nós também percebemos isso, acho que é muito pelo que você colocou, um desconhecimento do que é o instrumento, essas opiniões muito divergentes. Mas nós estamos muito atentos aqui e acompanhando isso de perto. Obrigado mais uma vez pela sua disponibilidade.” 9) **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Thiago Figueiredo Santana

Presidente Suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Figueiredo Santana, Diretor (a)**, em 30/09/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **124027670** e o código CRC **53871116**.

Referência: Processo nº 1370.01.0028105/2025-60

SEI nº 124027670